



JUNTA DE AÇÃO SOCIAL DA PARÓQUIA DA BATALHA

**A Direção da Junta de Ação Social da
Paróquia da Batalha, regozija-se pelo
seu sexagésimo oitavo Aniversário,
ao serviço do nosso Concelho**

RELATÓRIO DE GESTÃO



ANO: 2017

JUNTA DE AÇÃO SOCIAL DA PARÓQUIA DA BATALHA
Rua da Cerca Conventual, n.º 183 - 2440-505 BATALHA
Contribuinte: 501 109 410 - Telefone 244 765 486



ORGÃOS SOCIAIS

DIREÇÃO

Presidente: Dr. António Cerejo Moreira Caseiro

Vice-Presidente: Prof. Maria Luísa Ferreira Silva Leal

Secretária: Maximina Cordeiro Santos

Tesoureira: Rosa Maria Almeida Abraúl de Sousa

Vogal: Maria Apolónia de Oliveira Monteiro

CONSELHO FISCAL

Presidente: Dr. Carlos Agostinho da Costa Monteiro

1.º Vogal: Arnaldo Carreira Monteiro

2.º Vogal: Joaquim Matias Cordeiro da Silva

JUNTA DE AÇÃO SOCIAL DA PARÓQUIA DA BATALHA
Rua da Cerca Conventual, n.º 183 - 2440-505 BATALHA
Contribuinte: 501 109 410 - Telefone 244 765 486



1 - Introdução

A Junta de Ação Social da Paróquia da Batalha, Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), com sede social na Rua da Cerca Conventual, n.º 183 – 2440-505 Batalha, NIPC: 501 109 510), também designada, Creche/Jardim Mouzinho de Albuquerque, tem como atividades: CAE Principal: 88 910 – Atividades de Cuidados para crianças (Creche), e com CAE Secundário: 85 100 - Educação Pré-escolar.

O presente relatório de gestão expressa de forma apropriada a situação financeira e os resultados da atividade exercida no período económico findo em, 31 de dezembro de 2017.

A História da Instituição teve o seu início, no ano de 1948, exerce a sua atividade á 68 anos, mais tarde a pedido do Reverendíssimo Senhor, D. José Alves Correia da Silva, Bispo de Leiria, a proprietária e fundadora, Maria Hercília Sales Oliveira Zuquet, iniciou e organizou uma obra social na vila da Batalha com o objetivo de dar apoio lúdico, humano e educativo às muitas crianças que terminavam a escola e não tinham ocupação.

A Creche/Jardim foi constituída oficialmente em maio de 1952.

O funcionamento da Creche/Jardim Mouzinho de Albuquerque tem como objetivo principal colaborar com a família numa partilha de cuidados e responsabilidades em todo o processo evolutivo da criança proporcionando condições para o seu desenvolvimento integral num ambiente de segurança física e afetiva

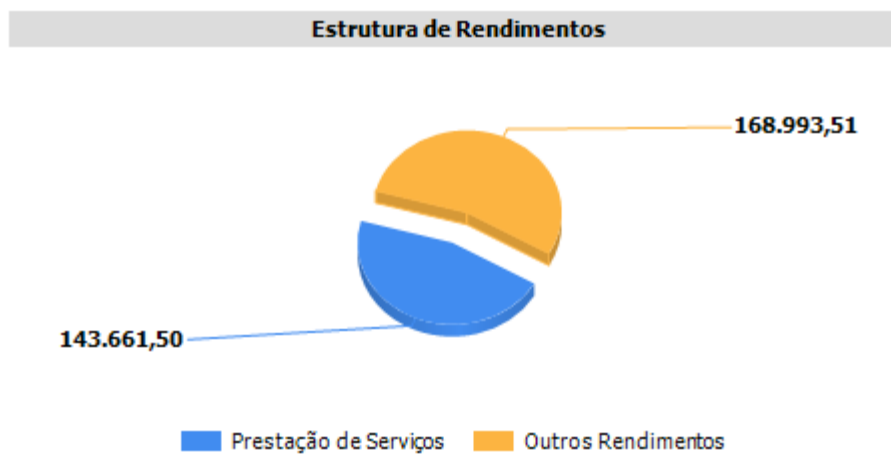
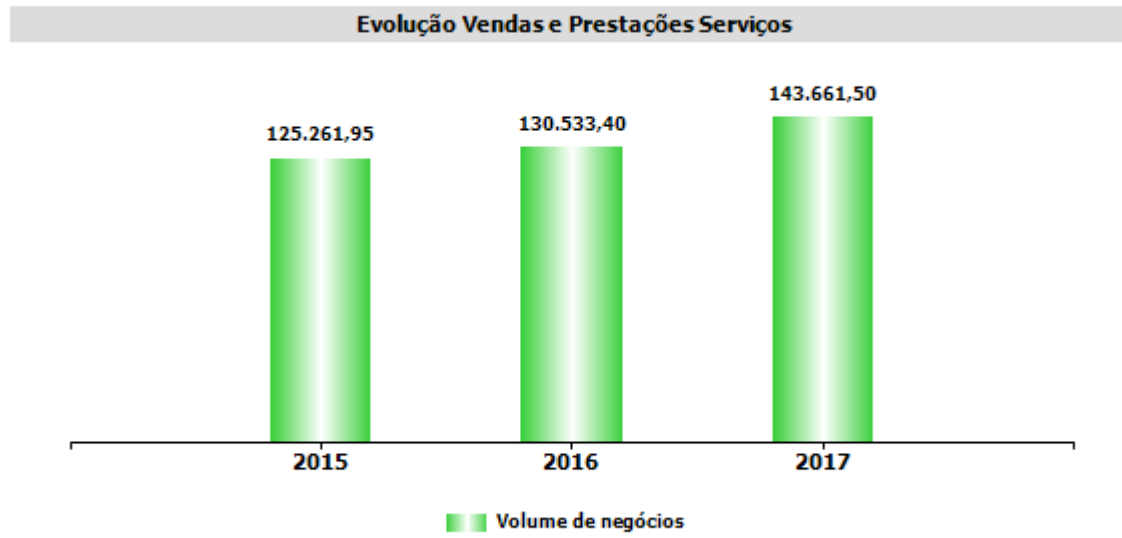
2 - Análise da Atividade e da Posição Financeira

No período de 2017 os resultados espelham uma evolução positiva da atividade desenvolvida pela empresa. De facto, o volume de negócios (conta 72 - Prestação de Serviços) atingiu um valor de 143.661,50 €, representando uma variação de 10,00% relativamente ao ano anterior.

O montante dos subsídios à exploração (conta 75 - Subsídios à Exploração), foram de € 159.851,91.



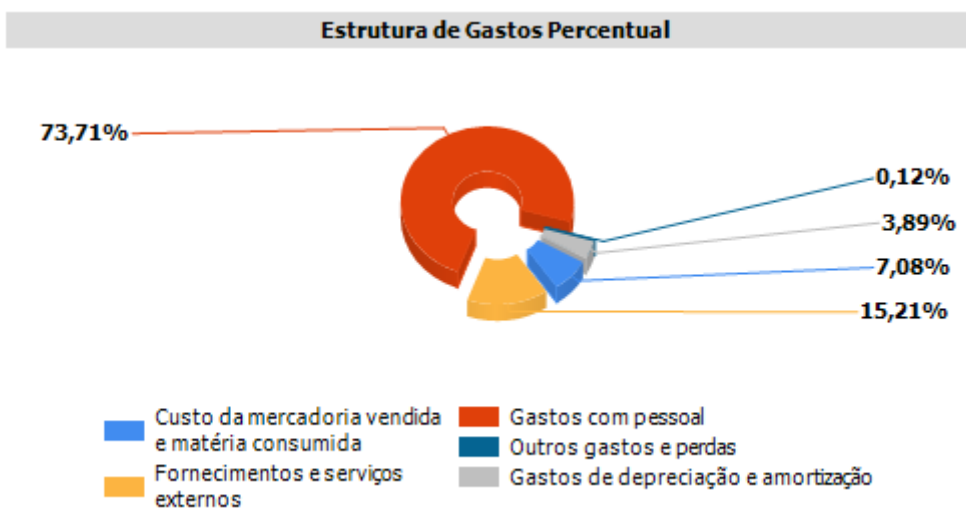
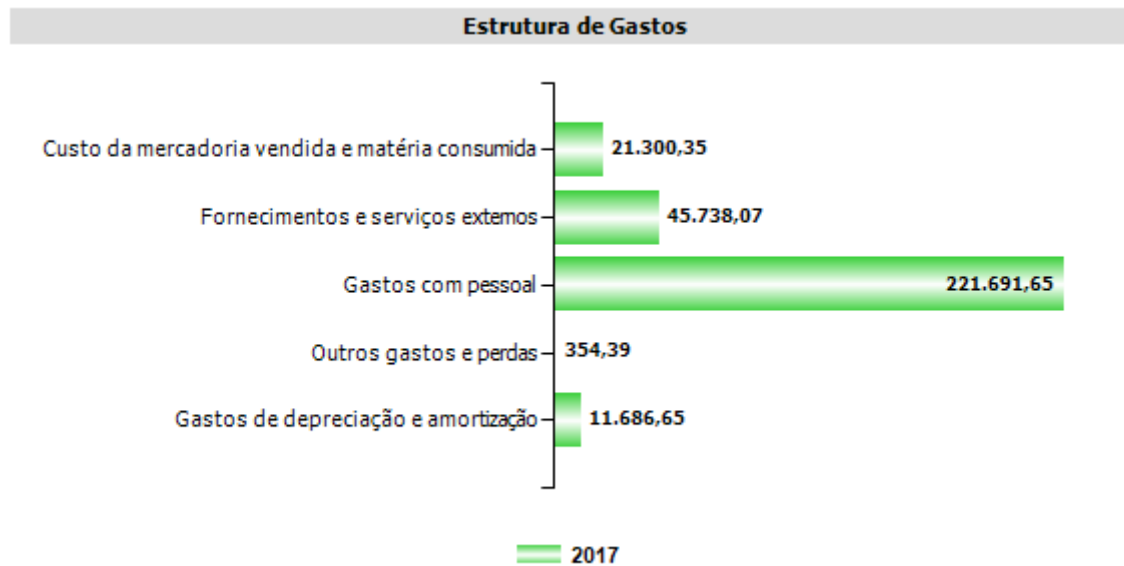
A evolução dos rendimentos, bem como a respetiva estrutura, são apresentadas nos gráficos seguintes:



JUNTA DE AÇÃO SOCIAL DA PARÓQUIA DA BATALHA
Rua da Cerca Conventual, n.º 183 - 2440-505 BATALHA
Contribuinte: 501 109 410 - Telefone 244 765 486



Relativamente aos gastos incorridos no período económico ora findo, apresenta-se de seguida a sua estrutura, bem como o peso relativo de cada uma das naturezas no total dos gastos da entidade:

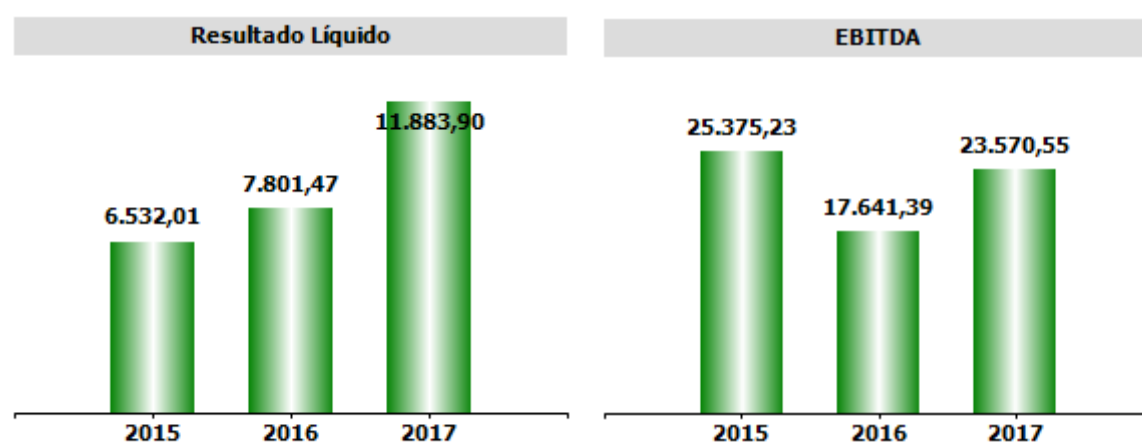




No que diz respeito ao pessoal, o quadro seguinte apresenta a evolução dos gastos com o pessoal, bem como o respetivo nº de efetivos.

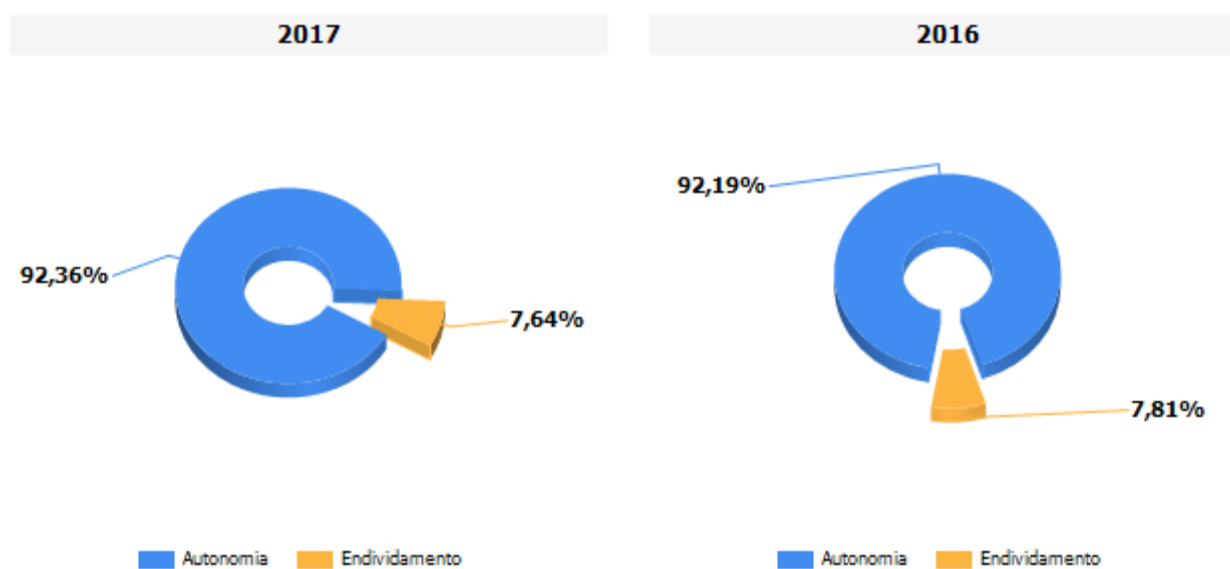
RUBRICAS	PERIODOS		
	2017	2016	2015
Gastos com Pessoal	221.691,65	223.225,11	220.359,44
Nº Médio de Pessoas	16	16	16
Gasto Médio por Pessoa	13.855,73	13.951,56	13.772,47

Na sequência do exposto, do ponto de vista económico, a entidade apresentou, comparativamente ao ano anterior os seguintes valores de EBITDA e de Resultado Líquido.





Em resultado da sua atividade, a posição financeira da entidade apresenta, também comparativamente com o ano anterior, a seguinte evolução ao nível dos principais indicadores de autonomia financeira e endividamento:



JUNTA DE AÇÃO SOCIAL DA PARÓQUIA DA BATALHA
Rua da Cerca Conventual, n.º 183 - 2440-505 BATALHA
Contribuinte: 501 109 410 - Telefone 244 765 486



De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da entidade através da análise dos seguintes itens de balanço:

ESTRUTURA DO BALANÇO

RUBRICAS	2017		2016	
Ativo não corrente	554.203,80	83 %	547.797,27	83 %
Ativo corrente	114.874,32	17 %	109.679,70	17 %
Total ativo	669.078,12		657.476,97	

RUBRICAS	2017		2016	
Capital Próprio	617.987,69	92 %	606.103,79	92 %
Passivo não corrente	0,00	0 %	0,00	0 %
Passivo corrente	51.090,43	8 %	51.373,18	8 %
Total Capital Próprio e Passivo	669.078,12		657.476,97	

JUNTA DE AÇÃO SOCIAL DA PARÓQUIA DA BATALHA
Rua da Cerca Conventual, n.º 183 - 2440-505 BATALHA
Contribuinte: 501 109 410 - Telefone 244 765 486



3 - Proposta de Aplicação dos Resultados

A JUNTA DE AÇÃO SOCIAL DA PARÓQUIA DA BATALHA no período económico findo em 31 de dezembro de 2017 realizou um resultado líquido de € 11.883,90 (onze mil oitocentos e oitenta e três euros e noventa cêntimos), propondo a sua aplicação para Resultados Transitados.

Após aprovação de Aplicação de Resultados a Direção propõe o montante de € 11.883,90, seja transferido para a Rubrica Fundos, que passa a apresentar um saldo de € 606.487,69.

O total dos Fundos de Capital da Instituição em 31/12/2017 são de € 617.987,69

DIREÇÃO

Presidente: Dr. António Cerejo Moreira Caseiro

Vice-Presidente: Prof. Maria Luísa Ferreira Silva Leal

Secretária: Maximina Cordeiro Santos

Tesoureira: Rosa Maria Almeida Abraúl de Sousa

Vogal: Maria Apolónia de Oliveira Monteiro

JUNTA DE AÇÃO SOCIAL DA PARÓQUIA DA BATALHA
Rua da Cerca Conventual, n.º 183 - 2440-505 BATALHA
Contribuinte: 501 109 410 - Telefone 244 765 486



4 - Outras Informações

A JUNTA DE AÇÃO SOCIAL DA PARÓQUIA DA BATALHA não dispõe de quaisquer sucursais.

Durante o período económico não ocorreu qualquer aquisição ou alienação de quotas próprias. Aliás a entidade não é detentora de quotas ou ações próprias.

Após o termo do exercício não ocorreram factos relevantes que afetem a situação económica e financeira expressa pelas Demonstrações Financeiras no termo do período económico de 2017.

Não foram realizados negócios entre a sociedade e os seus administradores. Não lhes foram concedidos quaisquer empréstimos nem adiantamentos por conta de lucros.

A entidade não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações. As decisões tomadas pelo órgão de gestão assentaram em regras de prudência, pelo que entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela entidade.

A Direção informa que a Junta de Ação Social da Paróquia da Batalha à data do encerramento das contas do período de 2017 não possui dívidas perante a Segurança social, tal como à Administração Tributária, não existindo qualquer dívida em mora ao Estado e outros Entes Públicos.

5 - Considerações Finais

Expressamos os nossos agradecimentos a todos os que manifestaram confiança fidelidade e dedicação dos pais dos nossos utentes e fornecedores, todos eles imprescindíveis à sustentabilidade da nossa Instituição.

Às nossas Colaboradoras deixamos uma mensagem de apreço pelo seu profissionalismo e empenho, os quais foram e continuarão a sê-lo no futuro elementos fundamentais para a sustentabilidade da JUNTA DE AÇÃO SOCIAL DA PARÓQUIA DA BATALHA.

Apresenta-se, de seguida as demonstrações financeiras relativas ao período findo, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração de Alterações do Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo.



Anexo

Nota Prévia: As notas do Anexo são apresentadas de forma sistemática, não sendo incluídas as notas consideradas como não aplicáveis.

1 – Identificação da Entidade

1.1. – Designação da Entidade

JUNTA DE AÇÃO SOCIAL DA PARÓQUIA DA BATALHA

Rua da Cerca Conventual, n.º 183
2440-505 BATALHA
Contribuinte: 501 109 410
Telefone: 244 765 486

A Junta de Ação Social da Paróquia da Batalha, anteriormente designada: Junta de Ação Social da Diocese de Leiria, foi constituída em maio de 1952. Mas a História da Instituição teve o seu início, no ano de 1948. Mais tarde a pedido do Reverendíssimo Senhor, D. José Alves Correia da Silva, Bispo de Leiria, a proprietária e fundadora, Maria Hercília Sales Oliveira Zuquet, iniciou e organizou uma obra social na vila da Batalha com o objetivo de dar apoio lúdico, humano e educativo às muitas crianças que terminavam a escola e não tinham ocupação. Exerce a sua atividade à 69 anos.

1.2. – Natureza da Atividade

A Junta de Ação Social da Paróquia da Batalha tem como atividades:
CAE Principal: 88 910 – Atividades de Cuidados para crianças (Creche), e
CAE Secundário: 85 100 - Educação Pré-escolar.

2 – Referencial Contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras

2.1 – Para períodos até 31 de dezembro de 2014, inclusiva, as Demonstrações Financeiras (DF) foram preparadas de acordo com o disposto na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo – NCRF -ESNL, de acordo com o Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, que integra o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com as alterações previstas no Decreto-lei n.º 98/2015, de 2 de junho.

As DF foram preparadas do pressuposto de continuidade e do acréscimo, tendo como principal base de mensuração o custo histórico.

As DF encontram-se apresentadas à moeda de Euro (€) e arredondadas à unidade.

2.2 – Indicação e justificação das disposições do ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas DF, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

JUNTA DE AÇÃO SOCIAL DA PARÓQUIA DA BATALHA
Rua da Cerca Conventual, n.º 183 - 2440-505 BATALHA
Contribuinte: 501 109 410 - Telefone 244 765 486



Não se verificaram, no decorrer do período a que respeitam as DF, quaisquer casos excecionais que implicassem

a derrogação de qualquer disposição prevista na NCRF – ESNL.

2.3 – Indicação e comentário das contas do Balanço e da Demonstração dos Resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

As DF são comparáveis em todos os aspetos com as do período anterior.

3 – Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das DF da Entidade são as que se descrevem, tendo sido consistentemente aplicadas aos exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

3.1 – Bases de mensuração usadas na preparação das Demonstrações Financeiras:

As DF foram preparadas tendo por base o modelo do custo e os seguintes pressupostos:

3.1.1. - Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

3.1.2. - Regime da periodização económica (acrécimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas "Credores por acréscimos de gastos".

3.1.3. - Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

3.1.4. - Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

3.1.5. - Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2017 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016.



3.2 – Outras Políticas Contabilísticas:

As políticas contabilísticas apresentadas foram apresentadas de forma consistente com o previsto na NCRF – ESNL. Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da evidência objetiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados sempre que possa ser medido de forma fiável.

3.2.1 – Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas, o qual inclui o custo de compra e quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para os colocar no posicionamento e condição necessária para funcionarem de forma desejada.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta (quotas constantes), em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

3.2.2 – Ativos e Passivos Financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Um ativo financeiro é qualquer ativo que seja dinheiro ou um direito contratual de receber dinheiro.

Um passivo financeiro é qualquer passivo que se consubstancia numa obrigação contratual de entregar dinheiro.

Os ativos e os passivos financeiros são mensurados:

- a) Ao custo, deduzido de qualquer perda por imparidade, e
- b) Ao justo valor com as alterações reconhecidas na Demonstração de Resultados.

3.2.3 – Subsídios

Os subsídios, incluindo subsídios não monetários, só devem ser reconhecidos após existir segurança que:

- a) A entidade cumprirá as condições a ele associados, e
- b) Os subsídios serão recebidos.

3.2.4 – Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado das devoluções, descontos e outros abatimentos.



3.3 – Principais pressupostos relativos ao futuro:

As DF foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da entidade.

As perspetivas existentes para o futuro e para a continuidade das operações financeiras baseiam-se no conhecimento e acontecimentos passados. Não se prevê, num horizonte temporal de curto/médio prazo qualquer alteração, legislativa ou relacionada com a atividade exercida, que possa pôr em causa a validade dos pressupostos atuais e, portanto, não é exetável que se verifiquem ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período de relato.

3.4 – Principais fontes de incerteza das estimativas:

As estimativas com impacto nas DF da entidade são continuamente avaliadas, representando à data de cada relato a melhor estimativa, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada, o enquadramento atual e as expetativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acredita serem razoáveis.

4 – Fluxos de Caixa:

A Demonstração Individual de Fluxos de Caixa é preparada de acordo com a NCRF 2, utilizando o método direto.

4.1 – Comentário da Direção sobre a quantia dos saldos significativos de Caixa e seus Equivalentes que não estão disponíveis para uso.

Todos os saldos de Caixa e seus Equivalentes estão disponíveis para uso.

4.2 – Desagregação dos valores inscritos na rubrica Caixa, Depósitos à Ordem e Outros Depósitos Bancários

Conta SNC	Descrição	Saldo Líquido		Diferença	Diferença %
		31/12/2017	31/12/2016		
1	Caixa e seus Equivalentes	100 616,03	100 177,76	438,27	0.43 %
11	Caixa	364,37	967,70	603,33	-165 %
12	Depósitos à ordem	25 251,66	24 210,06	1 041,60	4,3 %
13	Outros depósitos bancários	75 000,00	75 000,00	0,00	



5 – Inventários

5.1. - Quantia escriturada de inventários

Descrição	Mercadorias	Mat. Primas e Subsid.	Total Período	Mercadorias Per. Anterior	Mat. Prim. e Sub. Per. Anterior	Total Per. Anterior
APURAMENTO DO CUSTO DAS MERC. VENDIDAS E MAT. CONSUMIDAS						
Inventários iniciais		286,18	286,18		219,97	219,97
Compras		21 149,10	21 149,10		20 082,78	20 082,78
Reclassificação e regularização de inventários						
Inventários finais		134,93	134,93		286,18	286,18
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas		21 300,35	21 300,35		20 016,57	20 016,57
OUTRAS INFORMAÇÕES						

6 – Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

6.1 – Quando a aplicação de uma disposição desta Norma tiver efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior, salvo se for impraticável determinar a quantia do ajustamento, ou poder ter efeitos em períodos futuros, uma entidade deve divulgar apenas nas DF do período corrente.

A natureza da alteração na política contabilística.

As políticas contabilísticas não foram alteradas

A natureza do erro material de período anterior e seus impactos nas DF desses períodos;

Não foram encontrados quaisquer erros do período anterior.

7 – Ativos fixos tangíveis

7.1 – As DF devem divulgar:

a) Os critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta;

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição, deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, o qual inclui o custo de compra e quaisquer custos diretamente atribuídas para os colocar na localização e condição necessária para funcionarem de forma pretendida.



Conta SNC	Descrição	Saldo Líquido		Diferença	Diferença %
		31/12/2017	31/12/2016		
43	Ativos fixos tangíveis	553 356,77	547 225,66	6 131,11	1,12 %
433	Outros ativos fixos tangíveis	553 356,77	547 225,66	6 131,11	1,12 %
4331	Terrenos e recursos naturais	1 000,00	1 000,00	0	
4332	Edifícios e outras construções	528 829,19	528 829,19	0	
4333	Equipamento básico	61 131,47	67 677,53	6 546,06	-9,67 %
4334	Equipamento de transporte	22 400,00	15 546,21	6 853,79	44 %
4335	Equipamento administrativo	5 915,83	5 915,83	0	

b) Os métodos de depreciação usados;

As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas numa base sistemática segundo o método da linha reta.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o modelo da linha reta (quotas constantes), em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

c) As vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas;

Os ativos fixos tangíveis foram depreciados utilizando as Taxas de depreciação mínimas.

d) A quantia escriturada bruta e a depreciação acumulada no início e no fim do período;

Conta	Descrição	Valor Aquisição	Depreciações Acumuladas	Valor Atual
4331	Terrenos e recursos naturais	1 000,00	0	1 000,00
4332	Edifícios e outras construções	528 829,19	37 238,78	491 590,41
4333	Equipamento básico	61 131,47	24 739,65	36 391,52
4334	Equipamento de transporte	22 400,00	18 112,88	4 287,12
4335	Equipamento administrativo	5 915,83	3 338,44	2 577,39
TOTAIS		619 276,49	83 429,75	535 846,74



8 - Rendimentos e gastos

8.1. - Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Prestação de serviços	143 661,50	130 533,40
Juros	38,12	113,62
Total	143 699,62	130 647,02

8.2. - Discriminação dos fornecimentos e serviços externos

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Serviços especializados	16 749,47	17 075,93
Trabalhos especializados	12 312,09	15 013,56
Publicidade e propaganda	628,79	1 003,68
Vigilância e segurança	46,74	67,65
Honorários	292,50	106,00
Conservação e reparação	3 466,75	642,04
Outros	2,60	243,00
Materiais	8 593,94	8 354,54
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	6 080,13	5 517,87
Material de escritório	1 868,94	2 348,91
Artigos para oferta	644,87	487,76
Energia e fluidos	11 011,27	8 383,91
Eletricidade	9 142,90	6 707,05
Combustíveis	1 025,25	1 068,47
Água	843,12	608,39
Deslocações, estadas e transportes	1 521,21	1 322,44
Deslocações e estadas	1 521,21	1 322,44
Serviços diversos	7 862,18	7 319,35
Rendas e alugueres	461,50	118,00
Comunicação	1 126,47	1 195,79
Seguros	1 286,80	1 367,64
Contencioso e notariado		195,00
Limpeza, higiene e conforto	4 987,41	4 442,92
Total	45 738,07	42 456,17



9 – Benefícios dos empregados

9.1.– Benefícios dos empregados e encargos da entidade

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Gastos com o pessoal	221 691,65	223 225,11
Remunerações do pessoal	180 837,49	183 273,52
Indemnizações		159,00
Encargos sobre as remunerações	36 425,85	38 019,94
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	1 880,78	1 435,61
Outros gastos com o pessoal	2 547,53	337,04

10 – Rendimentos e gastos:

10.1 – Uma entidade deve divulgar:

- a) As políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvam a prestação de serviços;

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos.

- b) A quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

Conta SNC	Descrição	Saldo Líquido 31/12/2017	Saldo Líquido 31/12/2016	Diferença	Diferença %
72	Prestações de serviços	(143 661,50)	(130 533,40)	13 128,10	10,05 %
721	Quotas dos utilizadores	(143 661,50)	(130 533,40)	13 128,10	10,05 %

11 – Instrumentos financeiros

11.1 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de cada rubrica dos fundos patrimoniais, conforme quadro seguinte:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Capital	586 802,32		7 801,47	594 603,79
Outras variações nos capitais próprios	11 500,00			11 500,00
Doações	11 500,00			11 500,00
Total	598 302,32		7 801,47	606 103,79



Quadro comparativo:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Capital			586 802,32	586 802,32
Resultados transitados	(20 944,77)		20 944,77	
Outras variações nos capitais próprios	601 215,08		(589 715,08)	11 500,00
Doações	601 215,08		(589 715,08)	11 500,00
Total	580 270,31		18 032,01	598 302,32

11 – Subsídios e outros apoios das Entidades Públicas:

12.1 – Devem ser divulgados os assuntos seguintes:

- a) **A política contabilística adotada para os Subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adotados nas DF;**

Os subsídios relacionados com rendimentos imputam-se ao rendimento do período, salvo se se destinarem a financiar deficits de

exploração de períodos futuros, caso em que se imputam aos referidos períodos. Estes subsídios são apresentados separadamente como "Subsídios à Exploração" na DF.

- b) **A natureza e extensão dos subsídios do Governo (Instituto da Segurança Social), reconhecidas nas DF e indicação de outras formas de apoio do Governo de que a entidade tenha diretamente beneficiada;**

Conta SNC	Descrição	Saldo Líquido 31/12/2017	Saldo Líquido 31/12/2016	Diferença	Diferença %
751	Subsídios Estado e outros entes públicos	(157 994,28)	(155 714,64)	2 279,64	1,46 %

- c) **Principais doadores / Fonte de Fundos da Entidade:**

Conta SNC	Descrição	Saldo Líquido 31/12/2017	Saldo Líquido 31/12/2016	Diferença	Diferença %
594	Doações / Instituições Pessoas Singulares	(11 500,00)	(11 500,00)	0	
751	Subsídios Estado e outros entes públicos	(157 994,28)	(155 714,64)	2 279,64	1,46 %



13 – Impostos e contribuições

13.1 – Divulgação dos seguintes principais componentes de gastos de imposto sobre o rendimento

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Resultado antes de impostos do período	11 883,90	7 801,47
Imposto corrente		
Imposto diferido		
Imposto sobre o rendimento do período		
Tributações autónomas		
Taxa efetiva de imposto		

14 – Benefícios aos empregados:

14.1– As entidades devem divulgar o número de empregados durante o ano.

O número médio de colaboradores no exercício foi de dezasseis.

a. – Número de membros dos Órgãos Diretivos ocorridos no período de relato financeiro.

A Direção é constituída por 5 membros.

15 – Divulgações exigidas por outros diplomas legais:

Informa-se que a Entidade à data de encerramento das contas do período de 2017 não possui dívidas perante a Segurança Social, tal como à Administração Tributária, não existindo qualquer dívida em mora ao Estado e outros Entes Públicos.

Batalha, 23 de março de 2018

O Contabilista Certificado

A Direção

Presidente: Dr. António Cerejo Moreira Caseiro
Vice-Presidente: Prof. Maria Luísa Ferreira Silva Leal
Secretária: Maximina Cordeiro Santos
Tesoureira: Rosa Maria Almeida Abraúl de Sousa
Vogal: Maria Apolónia de Oliveira Monteiro

JUNTA DE AÇÃO SOCIAL DA PARÓQUIA DA BATALHA
Rua da Cerca Conventual, n.º 183 - 2440-505 BATALHA
Contribuinte: 501 109 410 - Telefone 244 765 486



JUNTA DE AÇÃO SOCIAL DA PARÓQUIA DA BATALHA
Rua da Cerca Conventual, n.º 183 - 2440-505 BATALHA
Contribuinte: 501 109 410 - Telefone 244 765 486
